



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
COFAP
N.º Único 513102
Entrada/Saida n.º 24 Data 9/1/2015

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

PETIÇÃO Nº 4583/XII/14 A

Exma. Senhora
Presidente da Assembleia da República

*À honra de
Pedro Passos Coelho
Presidente da Assembleia da República
Rua do Mar 135 - 1.º andar
1200-018 Lisboa
11/2015-1-13
P. Cabrita*

Of. n.º 24/COFAP/2014

07-01-2015

Assunto: *Petição Pública – Não há condições! Temos direito a estudar! Basta de cortes na educação! Votamos contra as políticas de destruição da Escola Pública”*

P. Cabrita, Car. de Ass. - Pres. Dist. de Lisboa

Foi remetida a esta Comissão, em 17 de dezembro de 2014, a Petição suprarreferida, com vista à sua tramitação.

Analisado o teor da mesma, considera-se estar em causa matéria do foro das políticas públicas de Educação, quanto à sua conceção, concretização e fiscalização, sem prejuízo de uma eventual pronúncia da COFAP em matéria orçamental.

Nestes termos, salvo melhor opinião, as matérias suscitadas pelos Peticionários enquadram-se, eminentemente, no âmbito de competências da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, temos em que se solicita a reapreciação do despacho anteriormente efetuado.

Com os melhores cumprimentos, *e a esta pessoal*

O Presidente da Comissão
[Handwritten Signature]

(Eduardo Cabrita)



REPRESENTANTE DA REPÚBLICA
PARA A
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R., A DSAIS, solicitando
que assim que houver
distribuição desta leiço
a uma Comissão parlamentar
Informe de no o Representante
da República para a
Região Autónoma da
Madeira

C/c:
Exmo. Senhor
Chefe da Casa Civil de Sua Excelência
o Presidente da República
LISBOA

Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
LISBOA
12.12.2014

Eduardo:

Junto remeto a Vossa Excelência, para os efeitos que tiver por adequados, cópia de
uma "Petição Pública" entregue neste Gabinete pelo Movimento Estudantil "Basta na Rua".

349 ASSINATURAS

Queira Vossa Excelência aceitar *as mesmas condições e pr.*
anexa, em obediência e consideração

Funchal, 26 de novembro de 2014

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>510583</u>
Classificação _/_/_/_/_/_
Data <u>02/12/2014</u>

O REPRESENTANTE DA REPÚBLICA,

L. Cabral Barreto

(Ireneu Cabral Barreto)



Petição Pública:

“Não há condições! Temos direito a estudar! Basta de Cortes na Educação! Votamos contra as Políticas de destruição da Escola Pública”

*Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República,
Exmo. Senhor Primeiro Ministro e membros do Governo,*

O resultado da política de desinvestimento e ataque à Escola Pública, praticada ao longo de décadas, por sucessivos governos PS, PSD e CDS, têm conduzido as escolas do nosso país a uma situação insustentável.

São cortes atrás de cortes na Escola Pública, e com isso, hoje são inúmeras as escolas que necessitam de ser requalificadas; salas de aulas onde chove e com problemas de aquecimento; falta grave de funcionários com consequência no encerramento de serviços como bibliotecas escolares; filas intermináveis de estudantes nos bares e nos refeitórios; cantinas que estão a ser privatizadas e as refeições a subirem de preço e a qualidade a diminuir; turmas sobrelotadas com mais de 30 alunos, porque querem despedir professores.

Os custos de frequência da Educação são insustentáveis. Hoje, são milhares os estudantes que não têm manuais escolares, materiais necessários, ou o Passe Escolar. Bem, como muitos outros que simplesmente são obrigados a trabalhar para pagar os estudos, ou outros que abandonam a Escola porque não têm condições para os pagar!

O começo do Ano Lectivo 2014-2015 foi o pior a que já assistimos, com ainda mais falta de funcionários e de professores, turmas ainda mais sobrelotadas, escolas degradadas transformadas em estaleiros com obras por terminar, aulas a decorrer em contentores. Tudo isto é resultado das políticas de sucessivos governos e deste Governo PSD/CDS que, desde 2011 já cortou mais de 2.000 milhões de euros ao Ensino Básico e Secundário.

A proposta de Orçamento do Estado de 2015, aplica um novo corte de 704 Milhões de euros para o Ensino Básico e Secundário a somar aos 1330 milhões desde 2011. A Escola Pública sofre um corte de mais de 2.000 milhões de euros ao mesmo tempo que o Governo injeta na Banca, como é o exemplo do Grupo Espírito Santo (BES) mais de 4.900 Mil Milhões de Euros.

A Educação é um direito! Não é um negócio nem um privilégio apenas para quem pode pagar!

Assim, os estudantes Abaixo-Assinados defendem e reivindicam:

- O chumbo do Orçamento de Estado de 2015 e rejeição desta política de destruição da Escola Pública executada pelo atual e anteriores governos, exigindo a urgência da mudança;

- Mais e melhor investimento público na Educação, atribuído em função da realidade e necessidades materiais e humanas de cada Escola;

- Uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade para todos, a Escola Pública a que temos direito!